

08 FEV 2006

EDITORIAL

No Brasil, crescimento é obrigação

O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, rompeu o habitual comedimento e disse que o Brasil deve atingir níveis de crescimento "mais vigorosos" desde que alcance um "acordo social". Explicando sua proposta, o ministro admitiu que esse entendimento passaria pela manutenção da atual política fiscal e "pela redução e melhoria do gasto público". Obtido este acordo, na visão do ministro, o Brasil poderia crescer sem medo.

No seminário em que fez tais afirmações ninguém discordou do ministro, embora pairasse a dúvida: por que Palocci só falou em crescimento econômico vigoroso no último ano da gestão? Acordo para impulsionar crescimento não é um típico assunto de primeiro ano de gestão?

Crescimento econômico é obrigação, em especial, em um país com as carências acumuladas da sociedade brasileira. A simples lembrança do aumento do PIB de 2004, de 4,9%, extingue dúvidas. Como gosta de memorar o presidente Lula, nesse ano a renda real média do trabalhador teve o maior crescimento em 7 anos, o emprego evoluiu em todas as faixas etárias e mais de dois milhões de pessoas deixaram a linha de po-

breza com esse salto do PIB: em 2003, 27,5% dos brasileiros viviam com renda per capita de até meio salário mínimo e no ano seguinte este número da vergonha tinha recuado para 25,3%.

Não há dúvida que o ministro está certo quando afirma que é preciso discutir níveis tributários e qualidade de gastos públicos. É

Palocci fala em "acordo social" para Brasil crescer 5%. Mas, com condições piores que as nossas, Índia cresce bem mais. E sem acordo

incontestável que este debate define que tipo de esforço todos pretendem fazer. Afinal, o Estado administra recursos, não os cria. O ministro insistiu em que esforço fiscal gera tranquilidade e não se pode ter "ansiedade com isso, pois quem deve tem de economizar e pagar suas dívidas".

Palocci também está certo ao dizer que toda demanda da sociedade exige equilíbrio. Segundo ele, o governo é cobrado dos dois lados: "um cobra redução de tributos e outro cobra redução de gastos". Porém, comportamento paradoxal não é privilégio

exclusivo da sociedade. Em tom de blague o ministro lembrou do que chamou de duas características especiais do Brasil: jabuticabas (que só existem aqui) e ter inflação, apesar dos juros altos. Ora, com isso, o médico Palocci está reconhecendo que o remédio prescrito está errado. Se temos taxa de juro na estratosfera para não termos inflação e, apesar disso, o mal inflacionário persiste, não está na hora de trocar o remédio? De fato, atitude contraditória não é só um comportamento da sociedade.

Decidir ritmo de crescimento é decisão de política econômica. A simples comparação com países de perfil acumulado de crescimento bem maior que o nosso demonstra que o Brasil tem todos os condicionantes para crescer pelo menos 5%/ano.

Nesta semana o site do BNDES divulgou o estudo comparativo do economista André Nasif sobre o crescimento do Brasil e da Índia. O avanço médio da economia Indiana foi o dobro da brasileira nos anos 80 e 90. O quadro se agravou nos três últimos anos, com a Índia alcançando crescimento médio de mais de 7% /ano. Porém, o estudo concluiu que o Brasil tem melhores condições de crescer de

forma sustentada que a Índia, por razões bem definidas. Por exemplo, a participação da indústria é bem superior no PIB brasileiro que no da Índia, que optou por expandir o setor de serviços. Em 2003, a indústria respondia por 37% do nosso PIB, e apenas 17% no caso indiano.

A competitividade da Índia, fora do setor de serviços, se concentra nos segmentos de vestuário, móveis e têxtil. A vantagem comparativa brasileira se concentra nos setores de metalurgia, automóveis, aviões e também papel, celulose e calçados. A pauta de exportação brasileira tem perfil de diversificação muito maior que a indiana.

Mas estes têm gestão pública orientada para crescimento, com o Estado tendo papel ativo na coordenação dos setores estratégicos (o que não significa intervenção estatal) com uso intensivo de mão-de-obra. A política econômica na Índia obedece só à lógica de crescimento, sem discussão. E não foi preciso um acordo social (apesar de toda a diversidade étnica e racial daquele país) para que o governo tomasse tal decisão.

Para imprimir, enviar ou comentar, acesse: www.gazetamercantil.com.br/editorial